

1 **ATA DA 466ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**  
2 **DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA TREZE DE SETEMBRO**  
3 **DE DOIS MIL E DEZOITO, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às catorze horas, no Auditório da AMMVI,  
5 em Blumenau/SC, realizou-se a quadringentésima sexagésima sexta Assembleia Geral Ordinária da  
6 Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), presidida pelo presidente da entidade  
7 e prefeito de Benedito Novo, senhor Jean Michel Grundmann, e secretariada por mim, Giovana Peron.  
8 A assembleia contou com a presença do senhor José Gerson Gonçalves, prefeito do município de  
9 Apiúna; senhor Lairton Antônio Possamai, prefeito do município de Ascurra; senhor Jean Michel  
10 Grundmann, prefeito do município de Benedito Novo; senhor Mário Hildebrandt, prefeito do  
11 município de Blumenau; senhor José Luiz Colombi, prefeito do município de Botuverá; senhora  
12 Simoni Mercia Mesch Nones, prefeita do município de Doutor Pedrinho; senhor Kleber Edson Wan-  
13 Dall, prefeito do município de Gaspar, senhor Matias Kohler, prefeito do município de Guabiruba;  
14 senhor André Luiz Moser, prefeito do município de Indaial; senhor Ércio Kriek, prefeito do município  
15 de Pomerode; senhor Paulo Roberto Weiss, prefeito do município de Rodeio; senhor Jorge Augusto  
16 Krüger, prefeito do município de Timbó; senhor José Rafael Corrêa, secretário executivo da AMMVI,  
17 além de demais interessados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o  
18 presidente agradeceu a presença de todos e, constatando quórum estatutário, deu início à reunião. Em  
19 seguida, destacou a Ordem do Dia, composta da seguinte forma: 1 – Leitura e votação da ata da  
20 assembleia anterior; 2 – Colegiado de Tributação - diagnóstico e proposição de ações; 3 – Instância  
21 de Governança Regional do Turismo Vale Europeu; 4 – Sistema Integrado de Gestão (SIG) do  
22 Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC); 5 – Eleições 2018; 6 – 50 anos da AMMVI; 7 – Assuntos  
23 gerais. Na sequência, o presidente apresentou o item um, confirmou o recebimento antecipado da ata  
24 pelos prefeitos, que foi encaminhada para aprovação por correio eletrônico, e não havendo  
25 manifestações contrárias, esta foi aprovada por unanimidade. Passando ao item dois, com a palavra,  
26 o senhor José Rafael Corrêa informou que os prefeitos definiram como prioridade trabalhar a questão  
27 da tributação para este ano, e então se iniciou um Grupo de Trabalho (GT) acerca do tema, bem como  
28 se reativou o Colegiado de Tributação da AMMVI, com oficialização de um calendário de reuniões.  
29 Comentou que, de início, montou-se um diagnóstico com estrutura de pessoal e equipamentos,  
30 legislações, softwares e dados, onde verificaram-se as dificuldades de cada prefeitura nestes quesitos.  
31 Resolveu-se ainda trabalhar de uma forma estruturada, com Grupos de Trabalho (GTs) específicos  
32 para assuntos relacionados ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto  
33 Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), e foi montado  
34 um calendário de ações para o ano, com algumas reuniões já realizadas. Na sequência, passou a  
35 palavra ao senhor Evandro Assis Müller, auditor fiscal da prefeitura de Blumenau, que cumprimentou  
36 a todos e salientou a importância deste trabalho realizado, que já foi feito também no início dos anos  
37 dois mil, e conseguiu-se atualizar as legislações municipais em conversas entre os setores de  
38 tributação de todos os municípios. No ano passado retomou-se a ideia de ações nesta área, e este ano  
39 as discussões iniciaram efetivamente, em que foi feito o levantamento das dificuldades e da estrutura  
40 nos municípios da região para verificar que melhorias podem ser aplicadas e quais as prioridades  
41 dentro de cada temática dos GTs específicos. Comentou que ficaram definidas áreas prioritárias,  
42 como ISSQN e Simples Nacional, e que se busca igualar os procedimentos nos municípios da região.  
43 Salientou também a importância do grupo discutir a queda dos recursos transferidos para a região, e  
44 que se deve buscar outras fontes de recursos, pois as despesas têm crescido devido aos municípios  
45 assumirem compromissos do Estado e da União. Enfatizou que deve-se apoiar a estrutura dos  
46 municípios, para que se possa melhorar a arrecadação, e comentou que deve haver troca de  
47 informações entre os municípios, pois estas discussões podem trazer retornos positivos. Abordou o  
48 que foi discutido sobre ISSQN e IPTU, informou que ainda será discutida a questão de dívida ativa.


49 taxas e tarifas, e que a partir de agora se iniciará a parte prática do que é discutido nos GTs,  
50 principalmente no que tange o Simples Nacional, bancos e construção civil em relação ao ISSQN e,  
51 posteriormente, ao IPTU. Solicitou, então, apoio dos prefeitos para disponibilizarem o pessoal da  
52 equipe técnica da área de tributação para participar das discussões, visando enriquecer a troca de  
53 experiências e trazer ganhos a todos os municípios. Na sequência, tomou a palavra o senhor  
54 Guilherme Boeing Ouriques, diretor geral do setor de Tributação da prefeitura de Brusque,  
55 informando que este grupo de estudos no campo da tributação é muito importante para os servidores  
56 dessa área, pois a troca de experiências é fundamental, e que a AMMVI proporciona estes diálogos.  
57 Reforçou ainda a questão da receita própria dos municípios, que se deve aprimorar as cobranças do  
58 ISSQN, IPTU e ITBI, e buscar os recursos que são devidos pelos contribuintes, pois a porcentagem  
59 repassada pelo Estado e pela União tende a diminuir com o passar do tempo. Por fim, citou que o  
60 grupo vai buscar capacitação e união entre os municípios da região. Tomando a palavra novamente,  
61 o senhor José Rafael Corrêa ressaltou a criação dos GTs dentro do Colegiado de Tributação, onde  
62 serão abordados os temas do Simples Nacional, bancos, construção civil e IPTU e que, inclusive, será  
63 estudada a criação de uma campanha de incentivo ao pedido de notas fiscais, pois isto influencia na  
64 arrecadação municipal. Também citou que, conforme tratado com a Diretoria Executiva da AMMVI,  
65 pretende-se contratar um profissional, a partir de novembro, para auxiliar nesta questão tributária,  
66 inclusive visitando os municípios, citando que isto envolve uma parceria entre o Colegiado de  
67 Tributação e o Colegiado de Secretários da Fazenda, pois este trabalho é muito importante para  
68 melhorar a arrecadação municipal, principalmente pelo risco da retirada do ISSQN dos municípios  
69 para implantação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Tomando a palavra, o prefeito Mário  
70 Hildebrandt comentou que esta questão do IVA precisa ser bem explicada para que se haja debate e  
71 se possa defender os interesses dos municípios, e que as associações de municípios, juntamente com  
72 a Federação Catarinense de Municípios (Fecam), também discutam sobre isso com os prefeitos. Sobre  
73 a campanha de incentivo, sugeriu que esta ação fosse feita pela AMMVI em nome de todos os  
74 municípios, e que fosse algo interessante aos munícipes, que inclusive divulgue o que há de bom nos  
75 municípios, como pontos turísticos, por exemplo. Sugeriu implantar também a campanha do Cadastro  
76 de Pessoas Físicas (CPF) nas notas fiscais, como ocorre em São Paulo, pois gera vinculação e cria-se  
77 uma cultura do pedido e do uso das notas fiscais, trazendo retorno para os municípios. Com a palavra  
78 novamente, o senhor José Rafael Corrêa salientou que este trabalho gerará algumas demandas para  
79 as prefeituras, pois algumas legislações precisarão ser alteradas, a estrutura de pessoal aprimorada  
80 com capacitações e possíveis contratações e, com base nisto, buscar o retorno financeiro para os  
81 municípios, por isso o apoio dos prefeitos é fundamental. Tomando a palavra, o senhor Paulo Eduardo  
82 de Oliveira Costa, secretário de Gestão Governamental da prefeitura de Blumenau, argumentou que  
83 há um debate com os candidatos à presidência que forem ao segundo turno previsto para ser realizado  
84 em outubro, em que um dos pontos da pauta é a reforma tributária, e o IVA está incluso. Citou ainda  
85 ser importante que o Colegiado alinhe esta questão com a Confederação Nacional de Municípios  
86 (CNM), pois haverá um momento de discussão com os presidentes para argumentar sobre o que  
87 auxilia os municípios, e que esta e outras questões podem entrar em votação ainda neste ano na  
88 Câmara dos Deputados devido à transição de governo. Tomando a palavra, o prefeito André Luiz  
89 Moser disse que o IVA é mais uma forma de concentração dos recursos dos municípios na União,  
90 então deve-se cobrar da frente parlamentar catarinense que se posicione contra este imposto,  
91 envolvendo inclusive a Fecam e a CNM. Tomando a palavra, o senhor José Rafael Corrêa citou a Lei  
92 Kandir, que na época de criação também foi apresentada como algo vantajoso, pois os municípios  
93 seriam compensados mas, na verdade, acabou diminuindo a arrecadação, visto que os recursos  
94 repassados são baixos. O senhor Evandro Assis Müller complementou citando a estimativa de perda  
95 de receita que o município de Blumenau teria com a criação do IVA, que seria feita compensação  
96 com o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e com o Imposto sobre a


97 Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), porém seria feito em forma de repasse, então os  
98 municípios ficariam dependentes do Estado para conseguir estes recursos, o que é preocupante. O  
99 senhor José Rafael Corrêa comentou sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR),  
00 que também será trabalhado no GT, e a necessidade de se fazer as comparações de arrecadação entre  
01 os impostos. Falou ainda que será trabalhada a planta genérica de valores para poder avançar as  
02 discussões presentes em alguns municípios, e também será levado em consideração e discutido o  
03 Programa Saúde Fiscal, do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). Tomando a palavra, o  
04 prefeito Jean Michel Grundmann agradeceu ao Colegiado pelo empenho destinado às discussões,  
05 citou que já se evoluiu muito, mas que ainda deve-se trabalhar nos municípios para garantir as receitas  
06 próprias. Também solicitou que se acompanhe de perto a questão do IVA, e colocou os prefeitos à  
07 disposição. Na sequência, passou a palavra à senhora Maria Angélica Faggiani, secretária da Fazenda  
08 e Administração da prefeitura de Timbó, que comentou que uma correta gestão dos serviços públicos  
09 exige recursos, e que as reuniões que têm sido realizadas na AMMVI visam encontrar uma maneira  
10 de aumentar a arrecadação. Citou que a Associação sempre trabalhou a questão das despesas, registros  
11 contábeis e que há um tempo se fomenta a troca de experiências entre os municípios no que tange a  
12 arrecadação municipal. Comentou ainda sobre os programas abertos pela União com repasse de  
13 recurso aos municípios, onde se institui uma estrutura física e de pessoal e os repasses são  
14 insuficientes ou não acontecem. Sobre a questão tributária, citou que foi solicitado que a AMMVI  
15 tomasse frente para criar um colegiado de auditores fiscais, visando assim aumentar a arrecadação  
16 sem criar novos tributos, trabalhando com o que já se tem disponível, investindo em auditores fiscais  
17 para intensificar as cobranças, melhorando a cobrança da dívida ativa e do ITBI, pois é desta forma  
18 que vai ser possível alcançar resultados positivos. Citou também os casos das contribuições de  
19 melhoria, que não são muito utilizadas em virtude do alto índice de impugnação. Tomando a palavra,  
20 o prefeito Ércio Kriek questionou se a cobrança da contribuição de melhoria é facultativa ou  
21 obrigatória, e a senhora Maria Angélica Faggiani informou que, quando a obra é feita com recursos  
22 municipais, é um tributo obrigatório, só não pode ser cobrado quando a obra é feita com recursos de  
23 emendas parlamentares ou convênios com a União. Citou ainda que é necessário ter uma legislação  
24 específica para cada rua para poder efetuar a cobrança e que, em Timbó, é feita licitação para  
25 avaliação dos imóveis. Salientou que o valor da avaliação pode ser questionado por um advogado em  
26 uma ação, sendo necessário apresentar resposta ao questionamento. Citou a realização de mutirão  
27 como uma saída para este problema, desde que feitos todos os procedimentos de publicação  
28 corretamente, e que as obras que são feitas por operação de crédito também são cobradas. Por fim,  
29 agradeceu pela atenção e se colocou à disposição dos prefeitos. Dando continuidade aos trabalhos,  
30 no item três da pauta, o prefeito Jean Michel Grundmann comentou sobre o início dos trabalhos da  
31 Instância de Governança Regional do Turismo Vale Europeu, que pretende-se estruturá-la a fim de  
32 obter recursos junto ao Ministério do Turismo (MTur) e, em seguida, passou a palavra à senhora  
33 Cíntia Mara Michelli Panini, chefe da Divisão de Cultura e Turismo da prefeitura de Benedito Novo  
34 e presidente da referida Instância. Ela explanou acerca da atuação e competências da instância, seus  
35 membros, bem como apresentou o histórico de atividades do grupo. Comentou ainda que a Secretaria  
36 de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) vai promover a capacitação das Instâncias das doze  
37 regiões turísticas do estado em forma de consultoria. Ressaltou também que todos os municípios da  
38 instância devem ter a mesma visibilidade, que nas próximas semanas será dada continuidade aos  
39 trabalhos do grupo e se colocou à disposição dos prefeitos. Tomando a palavra, o prefeito Jean Michel  
40 Grundmann salientou que as atividades estão avançando rapidamente, principalmente por haver  
41 envolvimento de membros da iniciativa privada, e que o principal desafio é a obtenção de recursos;  
42 comentou inclusive acerca do evento realizado na AMMVI sobre o Prodetur + Turismo, onde um  
43 representante do MTur explanou acerca das formas de financiamentos. Tomando a palavra, o senhor  
44 José Rafael Corrêa informou que, além do evento, também foram feitos atendimentos individuais


45 para sanar dúvidas, tanto de entidades públicas como da iniciativa privada, e que os valores cogitados  
46 para financiamento na região estão em torno de duzentos milhões de reais (R\$ 200.000.000,00).  
47 Passando ao item quatro da pauta, o senhor José Rafael Corrêa informou que há três representantes  
48 da região participando das reuniões acerca do Sistema Integrado de Gestão (SIG) do Tribunal de  
49 Contas de Santa Catarina (TCE/SC), e que o foco dos encontros até agora foi a apresentação do  
50 sistema. Nas próximas reuniões serão discutidas as estratégias do TCE/SC para a implementação do  
51 sistema, e os prefeitos demonstraram preocupação com a qualidade e o valor a ser pago pelo software.  
52 Dando seguimento à pauta, no item cinco, o senhor José Rafael Corrêa informou que estão sendo  
53 recebidas novas orientações, as quais estão sendo repassadas aos prefeitos, e solicitou atenção e  
54 cautela ao que pode ou não ser feito neste período de eleições. Tratando do item seis, o senhor José  
55 Rafael Corrêa informou que há alguns planos sendo delineados para as ações em comemoração aos  
56 cinquenta anos da Associação, mas que serão abordados com mais detalhe em uma próxima  
57 assembleia. Em assuntos gerais, o senhor José Rafael Corrêa tratou sobre a solicitação do Colegiado  
58 de Assistência Social da AMMVI acerca do cofinanciamento na área de assistência social, em que  
60 foi encaminhado ofício ao Estado e já foi recebida resposta, que inclusive será encaminhada aos  
61 prefeitos posteriormente, onde é alegada a falta de recursos para repasse. Tomando a palavra, o  
62 prefeito Ércio Kriek sugeriu que, referente ao ofício que foi recebido anteriormente acerca dos  
63 repasses de convênios que o Estado não efetuou, em que alegaram não possuir recursos para  
64 pagamento dos convênios já firmados, deveria ser feito novo ofício cobrando esta questão, pois o  
65 compromisso foi assumido pelo Estado, se o convênio foi firmado é porque havia recursos  
66 disponíveis. O presidente colocou em apreciação se deveria ser enviado novo ofício ao Estado  
67 cobrando estes valores e, após deliberação, todos os prefeitos concordaram, e o senhor José Rafael  
68 Corrêa então informou que será encaminhado novo ofício de cobrança. Em seguida, tratou do ofício  
69 encaminhado à Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIE), em que foi solicitado cópia dos projetos  
70 de obras em rodovias que passam pelos municípios da região, informando que estes foram  
71 encaminhados pela SIE nesta semana, cujo documento cita algumas das obras apresentadas. Ressaltou  
72 que será encaminhada cópia do ofício aos prefeitos e que os projetos estarão disponíveis na Assessoria  
73 de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia da AMMVI. O senhor José Rafael Corrêa  
74 comentou que encaminhou a proposta de alteração da grade curricular da pós-graduação em Gestão  
75 Pública a ser oferecida pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e que a entidade se manifestou  
76 informando que precisa de aprovação do Conselho Superior da instituição. Em breve darão  
77 continuidade às tratativas com a Associação e, dependendo dos prazos, o curso poderá ser ofertado a  
78 partir de abril do ano que vem. Em seguida, abordou sobre o Programa de Regularização Fundiária  
79 (Reurb), em que foi repassado material aos prefeitos. Segundo o secretário, há vários modelos de  
80 decretos e regulamentações e há preocupação em saber se haverá uma equipe disponível para auxiliar  
81 os municípios. Com a palavra, o prefeito José Gerson Gonçalves destacou que uma entidade não  
82 necessariamente precisa do auxílio da prefeitura para implantar o Reurb, mas que a partir do momento  
83 que se iniciar o trabalho, o município precisará de informações técnicas para poder esclarecer  
84 eventuais dúvidas da população, então é necessário se preparar tecnicamente. O senhor José Rafael  
85 Corrêa informou que o Estado colocou uma equipe com cinco pessoas à disposição para auxiliar nesta  
86 área e que a Associação buscará mais informações acerca desta questão para elucidar os prefeitos.  
87 Nada mais havendo a tratar, o presidente da AMMVI encerrou a assembleia, agradecendo a presença  
88 de todos. E para constar, eu, Giovana Peron, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será  
assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor secretário executivo da AMMVI.



Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
89.036-200 | Blumenau | SC  
CNPJ 83.779.413/0001-43  
Tel.: 47 3381-5800  
ammvi.org.br

  
Jean Michel Grundmann  
Presidente  
Prefeito de Benedito Novo

  
José Rafael Corrêa  
Secretário Executivo

  
Giovana Peron  
Secretária Executiva